

REFORMAS MACROECONÔMICAS E SEUS IMPACTOS NOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS: INSERÇÃO DA NARCOECONOMIA NA AMÉRICA LATINA

Raul Reis Amorim
Josimeire da Silva Leal
Gustavo Barreto Franco
Patrick Thomaz de Aquino Martins
Maria Crizalda Ferreira Santos¹

RESUMO

O objetivo deste trabalho é relacionar como as políticas macroeconômicas aplicadas nos países subdesenvolvidos desestabilizaram sua economia formal introduzindo modalidades ilegais como a narcoeconomia em países da América latina como a Bolívia, o Peru, a Colômbia, o Panamá e a Nicarágua. Como procedimentos metodológicos consultou-se referências bibliográficas que tratam de macroeconomia e efetuou-se a consulta de periódicos e de sites na internet. As políticas macroeconômicas nas últimas décadas do século XX, levaram muitos países soberanos a ficar sob a tutela das instituições financeiras internacionais, por estarem endividados, o que deu às instituições de Bretton Woods o poder de obrigá-los, por meio das chamadas “condicionalidades” anexas aos acordos de empréstimo, a redirecionar “apropriadamente” suas políticas macroeconômicas de acordo com os interesses dos credores oficiais e comerciais. O montante da dívida dos países em desenvolvimento cresceu desde o começo dos anos 80, apesar dos vários esquemas de reescalonamento, reestruturação e conversão da dívida apresentados pelos credores. Tais procedimentos, quando combinados com o empréstimo do FMI-Banco Mundial, condicionado à obediência ao programa de ajuste estrutural, levaram ao aumento da dívida pendente, ao mesmo tempo em que assegurou o pronto reembolso dos pagamentos dos juros. Grande parte das ações que visam dominar o mercado interno desses países em desenvolvimento, provocam a pobreza em massa dos mesmos, que se submeterem às reformas macroeconômicas, levaram muitos países subdesenvolvidos como alguns países da América Latina terem sua economia muito afetada, levando a existência de uma economia paralela: o narcotráfico.

1. INTRODUÇÃO

As políticas macroeconômicas nas últimas décadas do século XX, levaram muitos países soberanos a ficar sob a tutela das instituições financeiras internacionais (IFIs), por estarem endividados, o que deu às instituições de Bretton Woods o poder de obrigá-los, por

meio das chamadas “condicionalidades” anexas aos acordos de empréstimo, a redirecionar “apropriadamente” suas políticas macroeconômicas de acordo com os interesses dos credores oficiais e comerciais.

O montante da dívida dos países em desenvolvimento cresceu contentemente desde o começo dos anos 80, apesar dos vários esquemas de reescalonamento, reestruturação e conversão da dívida apresentados pelos credores. De fato, esses procedimentos, quando combinados com o empréstimo do FMI-Banco Mundial, condicionado à obediência ao programa de ajuste estrutural (PAE), levaram ao aumento da dívida pendente, ao mesmo tempo em que assegurou o pronto reembolso dos pagamentos dos juros, pois o **FMI sendo um dos três organismos dominantes na ordem econômica surgida no pós guerra. (...) visa estruturar uma nova ordem econômica para este período (SABBI,1991).**

Tais reformas levaram muitos países subdesenvolvidos como alguns países da América do Sul a terem sua economia muito afetada, levando a existência de uma economia paralela: o narcotráfico (Arbex, 1993).

O objetivo deste trabalho é relacionar como as políticas macroeconômicas aplicadas nos países subdesenvolvidos desestabilizaram sua economia formal introduzindo modalidades ilegais como a narcoeconomia na Bolívia por exemplo.

Como procedimentos metodológicos para a construção deste trabalho consultou-se as poucas referências bibliográficas que tratam de macroeconomia e consulta a sites na internet.

2. AS REFORMAS MACROECONÔMICAS EM PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS

2.1. O Grande problema dos países subdesenvolvidos: A Dívida Externa

Durante as décadas do pós Segunda Guerra Mundial, o mundo passou por etapas que modificaram profundamente a própria concepção do que significa desenvolvimento e, por tanto, do papel atribuído ao Banco Mundial como banco de desenvolvimento. (ARRUDA, 1998).

Segundo Arruda, do fim dos anos 1940 até os dias atuais, o Banco Mundial tem financiado Estados na reconstrução das bases produtivas daqueles países afetados pela guerra em contra partida esses Estados tem uma série de condições a serem cumpridas.

“Essas dívidas externas resultaram de alguns fatores externos comuns e também de políticas econômicas domésticas das nações devedoras” (SACKS, 1985).

¹ Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC); Departamento de Ciências Agrárias e Ambientais (DCAA); Curso de Geografia. e-mail: reisraul@uol.com.br/raul_reis_amorim@hotmail.com.br

A administração da dívida restringe-se a assegurar que cada nação devedora continue formalmente a sujeitar-se a suas obrigações financeiras. Por meio de “engenharia financeira” e da cuidadosa arte de reescalonamento da dívida, o reembolso da principal é adiado, enquanto os resgates dos juros se tornaram obrigatórios; a dívida é trocada por participação acionária e dinheiro “novo” é “emprestado” às nações à beira da falência para capacitá-las a liquidar os juros devidos sobre débitos “antigos”, de forma a evitar temporariamente a falta de pagamento, e assim por diante. Nesse processo, impera a lealdade formal de cada devedor. Os credores só concordam com a rolagem da dívida se a nação devedora aceitar as “condicionalidades políticas” que fazem parte dos acordos de empréstimo.

O objetivo consiste em impor a legitimidade da relação do serviço da dívida enquanto as nações devedoras são mantidas numa camisa-de-força que as impede de se lançarem numa política econômica nacional independente. Arquetou-se uma nova geração de “empréstimos condicionados à política”. O dinheiro era fornecido “para ajudar os países a se ajustarem”. Esses acordos de empréstimo do Banco Mundial incluíam rígidas “condicionalidades”: O dinheiro só era garantido se o governo concordasse com as reformas de ajuste estrutural e, ao mesmo tempo, respeitasse os prazos precisos para sua implementação.

Os países que se recusavam a aceitar as medidas políticas corretivas do Fundo, enfrentavam sérias dificuldades para reescalonar suas dívidas, e/ou para obter novos empréstimos para o desenvolvimento e ajuda internacional. O FMI tinha meios também para atingir seriamente uma economia nacional, através do bloqueio do crédito de curto prazo para socorrer o comércio de *commodities*.

As chamadas “condicionalidades” encontravam-se anexas aos empréstimos de rápido desembolso (*quick disbursing loans*) condicionados à “política”. Em outras palavras, estes, feitos pelas IFIs, eram garantidos sob a condição de o tomador adotar um abrangente programa de estabilização macroeconômica e de reforma econômica estrutural, isto é, os acordos implicados não se relacionavam, de forma alguma, com um programa de investimento como num projeto convencional de empréstimo. Sua finalidade era apoiar mudanças políticas; estas eram acompanhadas de perto pelas instituições de Bretton Woods, sendo avaliadas com base no “desempenho político”. Em outras palavras, uma vez que o acordo de empréstimo tivesse sido assinado, o desembolso poderia ser interrompido se o governo não se ajustasse, havendo o risco de o país ser colocado na lista negra pelo chamado “grupo de coordenação da ajuda” dos doadores bilaterais e multilaterais (Chossudovsky, 2000).

A natureza desses acordos de empréstimo não favoreciam a economia real, visto que

nenhuma parte do dinheiro era destinada a investimentos. Todavia, outro importante objetivo era atendido: os empréstimos de ajuste desviavam os recursos da economia doméstica e estimulavam os países a continuar importando grandes quantidades de mercadorias de consumo, até mesmo artigos de primeira necessidade, dos países ricos. Isso significa que o dinheiro concedido para apoiar o “ajuste” da agricultura, por exemplo, não era voltado ao investimento em projetos do setor. Ele podia ser gasto livremente em importações de *commodities*, inclusive em bens de consumo duráveis e de luxo. O resultado desse processo foi à estagnação da economia doméstica, a ampliação da crise da balança de pagamentos e o crescimento do montante da dívida.

Os novos “empréstimos de rápido desembolso” teoricamente destinados a importações de *commodities* “representavam” dinheiro fictício “porque os totais cedidos às nações devedoras eram invariavelmente inferiores aos totais reembolsados na forma de serviço da dívida.

2.2. Estabilização Econômica

Para as IFIs o ajuste estrutural apresenta duas fases distintas: estabilização macroeconômica “a curto prazo” (implicando desvalorização da moeda, liberação de preços e austeridade orçamentária) a ser seguida pela implementação de diversas reformas estruturais mais fundamentais (e ditas “necessárias”). Todavia, é mais freqüente que estas sejam postas em prática juntamente com o processo de “estabilização econômica”. A aplicação da estabilização do FMI-Banco Mundial visa o déficit orçamentário e a balança de pagamentos.

O primeiro passo é o processo que Chossudovsky (2000) chama de “destruindo a moeda de uma nação”, ou seja, a desvalorização da moeda (com a unificação da taxa de câmbio e a eliminação dos controles cambiais), porque para o FMI invariavelmente ela está “sobrevalorizada”.

A desvalorização da moeda é freqüentemente exigida (como condicionalidade) para a negociação de um empréstimo de ajuste estrutural: a desestabilização da moeda nacional é um objetivo-chave da *agenda oculta* do FMI-Banco Mundial que são instituições intervencionistas por natureza. Em conseqüência opera de forma contraditória(.) (ARRUDA,1998). Segundo o último autor, o banco visa primeiramente a ampliação de seus investimentos e maximizar os lucros deles provenientes e, por outro, intervindo continuamente no espaço dos mercados.

A maxidesvalorização que resulta no imediato e abrupto aumento dos preços — leva a uma sensível compressão dos rendimentos reais, enquanto, ao mesmo tempo, reduz o valor do custo da mão-de-obra expresso em moeda forte. A desvalorização da moeda reduz

também o valor em dólar das despesas do governo, facilitando desse modo a liberação das receitas do Estado para o serviço da dívida externa.

O impacto social da desvalorização da moeda sob responsabilidade do FMI é brutal e imediato: os preços domésticos de artigos de primeira necessidade, medicamentos essenciais, combustível e serviços públicos aumentam da noite para o dia. Enquanto a desvalorização da moeda deflagra invariavelmente a inflação e a “dolarização” dos preços domésticos, o FMI obriga o governo (como parte do pacote econômico) a adotar o chamado “programa antiinflacionário”. Este tem pouco que ver com as causas reais da inflação (isto é, da desvalorização da moeda). Depende da “contração da demanda”, exigindo a demissão de servidores públicos, drásticos cortes nos programas sociais e a desindexação dos salários.

Em alguns casos, a desvalorização da moeda serviu de base para uma reativação em curto prazo da agricultura comercial destinada ao mercado de exportação. Todavia, com maior frequência, os benefícios subjacentes ficaram para as grandes plantações comerciais e para os exportadores agroindustriais (na forma de salários reais mais baixos para os trabalhadores rurais). Os “ganhos a curto prazo” decorrentes da desvalorização da moeda são invariavelmente eliminados quando países competidores do Terceiro Mundo são forçados a desvalorizar suas moedas (em acordos semelhantes com o FMI).

A desvalorização da moeda conduz a um “realinhamento dos preços domésticos” nos níveis que prevalecem no mercado mundial. Esse processo de “dolarização” de preços domésticos leva a um abrupto salto dos preços da maioria das *commodities*, incluindo-se os artigos de primeira necessidade, os bens de consumo duráveis, a gasolina, o combustível, bem como a maioria dos insumos e matérias-primas usa na produção (por exemplo, insumos agrícolas, equipamentos, etc.).

Nesse aspecto, os preços domésticos serão ajustados de acordo com seus níveis no mercado mundial, independentemente da direção da política monetária.

E a desvalorização da moeda, e não a base monetária, que constitui o principal fator de deflagração da inflação. O FMI nega seu impacto inflacionário: rígidas restrições são impostas à base monetária no período que se sucede à desvalorização da moeda, visto que os aumentos dos preços já ocorreram com a finalidade de “combater as pressões inflacionárias”. Esse congelamento da emissão de moeda obriga o governo a diminuir o valor real das despesas e dos salários, e a demitir servidores públicos.

Um outro passo das reformas de estabilização econômica é a desindexação dos salários pois o acordo com o FMI impede formalmente a indexação de rendimentos reais (e de despesas sociais). O Fundo exige “a liberalização do mercado de trabalho” a eliminação

das cláusulas de reajuste salarial nos contratos coletivos e o fim da legislação do salário mínimo. O argumento a favor da desindexação baseia-se no “impacto inflacionário das exigências salariais”.

Outra etapa elementar é o controle do Banco Central, onde o FMI acompanha de perto e provê recursos para a reestruturação do Banco Central. A chamada “independência do Banco Central em relação ao poder político” é exigida por ele “como um remédio contra a propensão inflacionária dos governos”. Na prática isso significa que o FMI, e não o governo, controla a emissão de moeda. Dito de outro modo, o acordo assinado entre ambos impede o financiamento das despesas do governo e a concessão de crédito pelo Banco Central através da emissão de moeda, isto é, o FMI, em nome dos credores, está na posição de virtualmente paralisar o financiamento do desenvolvimento econômico real. Incapaz de usar uma política monetária própria para mobilizar seus recursos internos, o país torna-se cada vez mais dependente das fontes de financiamento internacionais, o que traz a consequência adicional de aumentar o nível de endividamento externo.

A desestabilização das finanças públicas inicia através da demissão de servidores públicos e os drásticos cortes nos programas sociais são impostos pelas instituições de Bretton Woods. No início da crise da dívida, as IFIs limitavam sua intervenção à fixação de uma meta global para o déficit orçamentário, tendo em vista a liberação das rendas do Estado para o serviço da dívida.

Em relação às áreas sociais, as IFIs insistem no princípio da recuperação de custo e da gradual retirada do Estado dos serviços de saúde e educação básicos. O conceito de estabelecer metas nas áreas sociais está ligado à identificação dos chamados “grupos vulneráveis”. As medidas de austeridade nas áreas sociais — exigindo uma mudança de programas regulares para programas com metas estabelecidas — têm sido responsáveis em grande parte pelo colapso de escolas, clínicas e hospitais, ao mesmo tempo em que dão uma aparência de legitimidade às instituições sediadas em Washington.

O déficit orçamentário e a estratégia do alvo móvel são metas iniciais são estabelecidas nos acordos de empréstimo para o déficit orçamentário. Não obstante, desde o início dos anos 90, o FMI tem aplicado a estratégia do “alvo móvel” para o déficit orçamentário ocasionando a paralisação dos programas estatais, enquanto libera as receitas do Estado (num curto prazo) para o pagamento dos juros da dívida externa.

As metas orçamentárias impostas pelas instituições de Bretton Woods, combinadas com os efeitos da desvalorização da moeda, provocam o malogro do investimento público. Novas regras referentes às despesas recorrentes e de desenvolvimento são estabelecidas “tetos” precisos são colocados em todas as categorias de despesa; o Estado não pode mais mobilizar seus próprios recursos para a construção de infra-estrutura pública, estradas ou

hospitais, etc. Isto é, os credores não só se tornam os “intermediários” de todos os principais projetos nessa área, mas também decidem, nos termos do Programa de Investimento Público (PIP), estabelecido sob a orientação técnica do Banco Mundial, o tipo de infraestrutura que deve ou não ser financiada pela “comunidade doadora”. O conceito de *investimento* com meta *estabelecida* e imposto é a formação de capital na infra-estrutura econômica e social necessária, dramaticamente restringida.

Sob os ditames do PIP, todos os empréstimos para projetos de obras públicas exigem um sistema de procuração e apresentação de propostas internacionais (licitação) que aloca toda a execução para empreiteiras internacionais de engenharia e construção. Estas, por sua vez, abocanham grandes somas de dinheiro por meio de uma variedade de taxas de consultoria e administração. As empresas locais públicas ou privadas, tendem a ser excluídas do processo de licitação, embora a maior parte do efetivo trabalho de construção seja terceirizado pelas transnacionais, passando a ser executado por empresas domésticas (que usam mão-de-obra local com salários muito baixos). Em outras palavras, o dinheiro emprestado para projetos de infra-estrutura é “reciclado” em grande parte a favor de empreiteiras multinacionais.

O FMI e o Banco Mundial proclamam que é necessário eliminar as chamadas distorções de preço. “Acertar os preços” consiste na eliminação de todos os subsídios e controles. O impacto nos rendimentos reais (nos setores tanto formal como informal) é imediato a regulamentação dos preços dos grãos locais, assim como a liberalização das importações de artigos de primeira necessidade, é uma característica essencial desse programa. O programa de liberação também se apóia nos preços dos insumos e nas matérias-primas combinadas com a desvalorização da moeda, as medidas subjacentes resultam em saltos substanciais nos preços locais de fertilizantes, insumos agrícolas, equipamentos, etc., que ocasionam um impacto imediato na estrutura de custo na maioria das áreas de atividade econômica.

O controle do preço dos derivados de petróleo é regulado pelo Estado sob a supervisão do Banco Mundial. Os aumentos do preço do combustível e dos serviços públicos (freqüentemente de várias centenas de vezes) contribuem invariavelmente para a desestabilização da produção local, isto é, o alto preço da gasolina (substancialmente acima dos níveis do mercado mundial) repercute na estrutura de custo da indústria e da agricultura nacionais. Os custos da produção são com freqüência artificialmente elevados acima do preço local de venda da *commodity*, levando assim à falência grande número de pequenos e médios produtores.

Além disso, as altas periódicas do preço dos derivados de petróleo impostas pelo Banco Mundial (adotados simultaneamente á liberalização das importações de *commodities*)

atuam como um “imposto sobre trânsito interno” que serve ao objetivo de tirar os produtores domésticos de seu próprio mercado. O alto preço da gasolina contribui para corroer o valor do frete interno. Os preços excessivamente altos do petróleo e do óleo diesel (isto é, em relação aos salários muito baixos) combinados com os numerosos impostos e taxas pagos pelo consumidor para a construção de pontes, estradas, vias de transporte fluvial, etc., afetam toda a estrutura de custo dos bens produzidos no país, em grande parte beneficiando as *commodities* importadas.

2.3. Reforma Estrutural

A aplicação da “estabilização” macroeconômica é seguida da implementação das reformas estruturais ditas “necessárias”. Há uma divisão de tarefas entre o FMI e o Banco Mundial. Essas reformas econômicas “necessárias” são “patrocinadas” pelo Banco Mundial através dos Empréstimos de Ajuste Estrutural (EAEs) e dos Empréstimos Ajuste Setorial (EASs). O pacote de reformas estruturais, consiste em medidas pertinentes a liberalização do comércio, á desregulamentação do sistema bancário, á privatização de empresas estatais, á reforma fiscal, á privatização das terras cultiváveis, à “diminuição da pobreza” e ao “bom governo”.

O programa de liberalização do comércio consiste invariavelmente na eliminação das cotas de importação e na redução e unificação das tarifas. O conseqüente declínio nas receitas aduaneiras também tem um impacto significativo nas finanças públicas do Estado. Essas medidas não só repercutem no déficit orçamentário, exacerbando assim o desequilíbrio fiscal, mas também impedem as autoridades de “racionar” seletivamente (por meio de tarifas e cotas) o uso das escassas divisas estrangeiras.

Enquanto a eliminação de cotas e a redução das barreiras tarifárias de proteção destinam-se a “tornar a indústria nacional mais competitiva”, a liberalização do comércio leva invariavelmente ao colapso a manufatura doméstica (voltada ao mercado interno). As medidas também alimentam o influxo de bens de luxo, enquanto a carga tributária dos grupos de renda mais alta é reduzida, em conseqüência da redução do imposto de importação sobre automóveis e bens de consumo duráveis. Os bens de consumo importados não se limitam a tomar o lugar da produção doméstica: esse frenesi consumista sustentado com dinheiro emprestado (através dos vários empréstimos de rápido desembolso) contribui, em última análise, para avolumar a dívida externa...

O ajuste estrutural constitui um meio de aquisição do ativo real dos países endividados através de um programa de privatização, bem como da cobrança das obrigações do serviço da dívida. A privatização das empresas estatais está sempre vinculada a renegociação da dívida externa do país. As paraestatais mais lucrativas são assumidas pelo capital estrangeiro ou por *joint-ventures* freqüentemente em troca da dívida. O capital internacional

obtem o controle e/ou a propriedade das empresas estatais mais lucrativas a um custo muito baixo. Além do mais, quando um grande número de países endividados está negociando suas empresas públicas ao mesmo tempo, o preço do ativo estatal cai.

Sob a orientação do Banco Mundial, várias mudanças fundamentais são implementadas na estrutura fiscal. Essas mudanças tendem a solapar a produção nacional do lado tanto da demanda como da oferta. A introdução de um imposto sobre valor agregado ou sobre as vendas, e de mudanças na estrutura da taxa direta implicam sempre uma carga tributária maior para os grupos de baixa e média rendas. O esquema do Banco Mundial inclui o cadastramento dos pequenos produtores agrícolas e de unidades do setor informal urbano para fins de taxa. Enquanto os produtores nacionais são obrigados a pagar impostos, as *joint-ventures* e o capital estrangeiro gozam de generosas isenções de impostos como um meio de “atrair o investimento externo”.

As reformas são conduzidas no contexto dos EASs do Banco Mundial. A legislação pertinente à propriedade da terra é freqüentemente elaborada com a assessoria técnico do Departamento Jurídico Banco Mundial. As reformas consistem em emitir títulos de propriedade de terra para fazendeiros, ao mesmo tempo em que estimula a concentração de terras cultiváveis por um menor número de proprietários. Os direitos consuetudinários sobre a terra também são afetados. A tendência é de perda e/ou de hipoteca da terra pelos pequenos produtores rurais, de crescimento do setor de negócios agrários é de formação de uma classe de trabalhadores rurais sazonais sem terra.

Além disso, as medidas sob o disfarce da modernidade contribuem freqüentemente para a reestruturação da classe dos senhores da terra dos “velhos tempos”. Ironicamente, esta é freqüentemente a campeã da “liberalização” econômica.

A privatização da terra atende também ao objetivo do serviço da dívida, uma vez que o produto das vendas das terras públicas sob a orientação do Banco Mundial é usado para gerar receita estatal que o Tesouro Nacional destina aos credores internacionais.

O Banco Central perde o controle da política monetária: as taxas de juros são determinadas no “livre mercado” pelos bancos comerciais. O crédito subsidiado para a agricultura e a indústria é gradualmente eliminado. As medidas subjacentes dão, em geral, origem a importantes aumentos nas taxas de juros reais e nominais. O movimento das taxas de juros interage com todos preços domésticos. As nominais não são normalmente elevadas, como resultado de desvalorizações periódicas da moeda e da dolarização” dos preços domésticos. A desregulamentação do sistema bancário acarreta também o influxo do *hot money* atraído por essas elevações artificiais das taxas de juros. Os bancos comerciais não têm mais condições de fornecer crédito para a economia real a taxas razoáveis.

Essa política combinada com o gradual encerramento dos bancos de desenvolvimento estatais acarreta o fim do crédito para a agricultura e a indústria nacionais. Visto que o crédito de curto prazo para negociantes envolvidos no comércio de exportação é mantido, o setor bancário doméstico deixa de conceder empréstimos para os produtores locais.

As IFIs exigirão também a privatização dos bancos estatais de desenvolvimento e a desregulamentação do sistema bancário comercial.

O movimento se dá em direção à alienação das instituições bancárias do Estado (segundo o programa de privatização), bem como a destituição dos bancos privados nacionais. A reestruturação do setor bancário é implementada de acordo com um Programa de Ajuste do Setor Financeiro (PASF), o qual inclui a alienação e a venda de todos os bancos estatais sob a supervisão das IFIs e o controle administrativo das instituições bancárias estatais-chave por interesses financeiros estrangeiros.

O processo de alienação está diretamente ligado à cobrança das obrigações do serviço da dívida. A reestruturação da dívida comercial na vigência do Plano Brady, por exemplo, era freqüentemente condicionada à privatização prévia das instituições bancárias estatais, nos termos das cláusulas do PASF, sendo o produto dessas vendas canalizado para o pagamento do serviço da dívida comercial.

O FMI insiste na “transparência” e no “livre movimento” de divisas estrangeiras dentro e fora do país (através de transferências eletrônicas). Esse processo permite a companhias estrangeiras repatriarem livremente seus lucros em divisas estrangeiras.

Outro importante objetivo, todavia, é atendido: a liberalização dos movimentos de capital estimula a “repatriação do capital evadido”, ou seja, o retorno do “dinheiro sujo” e do “*black money*” que, desde os anos 60, tem sido depositado pelas elites do Terceiro Mundo em paraísos bancários e fiscais do exterior. O “dinheiro sujo” é produto do comércio ilegal e/ou de atividades criminosas, enquanto o “*black money*” é o dinheiro que não pagou impostos.

A crise da economia legal sob o ímpeto das reformas macroeconômicas está diretamente ligada ao rápido crescimento do comércio ilícito. Ademais, a facilidade e a velocidade com as quais as transações com “dinheiro sujo” podem ser realizadas (através de transferências eletrônicas) tendem a facilitar o desenvolvimento do comércio ilícito às expensas da economia legal.

Desde o final dos anos 80, a “diminuição da pobreza” tornou-se uma *condicionalidade* dos acordos de empréstimo do Banco Mundial. Ela está subjacente ao objetivo do serviço da dívida: a “redução sustentável da pobreza”, sob o domínio das instituições de Bretton Woods, implica cortes nos orçamentos do setor social e o redirecionamento das despesas,

segundo um critério seletivo e simbólico “a favor dos pobres”. O Fundo Social de Emergência (FSE) estabelecido (segundo o modelo Bolívia-Gana) oferece supostamente um mecanismo flexível para “administrar a pobreza”, enquanto, ao mesmo tempo, desmantela as finanças públicas do Estado. Os pobres são definidos nesse esquema como “grupos-alvos”.

O FSE exige uma abordagem de “engenharia social”, um esquema político para “administrar a pobreza” e aliviar a inquietação social a um custo mínimo para os credores. Os chamados “programas com metas estabelecidas” destinados a “ajudar os pobres”, combinados com a “recuperação do custo” e a “privatização” dos serviços de saúde e educação, são considerados um meio “mais eficiente” de liberar programas sociais. O Estado retira-se e muitos programas sob a jurisdição de ministérios alinhados serão, daí em diante, administrados por organizações da sociedade civil sob o patrocínio do FSE. Este também financia, sob os auspícios da “rede de seguridade social”, pagamentos de indenização por demissão e/ou projetos de “mínimo emprego” destinados aos funcionários públicos demitidos em consequência do programa de ajuste.

O FSE sanciona oficialmente a retirada do Estado dos setores sociais e a “administração da pobreza” (no âmbito microsocial) por meio de estruturas organizacionais separadas e paralelas. Varias organizações não-governamentais (ONGs) financiadas por “programas de ajuda” internacionais têm absorvido gradualmente muitas das funções do governo de cada país. Produção em pequena escala e projetos de produção artesanal, subcontratação por firmas de exportação, treinamento com base comunitária e programas de emprego, etc. são organizados sob os auspícios da “rede de seguridade social”. Assegura-se, desse modo, uma precária sobrevivência para as comunidades locais, ao mesmo tempo em que se diminui o risco de sublevação social.

A “democratização” tornou-se o lema do livre mercado. O chamado “bom governo e a manutenção de eleições multipartidárias fazem parte das condicionalidade para os acordos de empréstimo. Todavia, a natureza das reformas econômicas impede a genuína democratização.

A solução para a crise da dívida torna-se causa de mais endividamento. O pacote de estabilização econômica do FMI tem, teoricamente, a intenção de ajudar os países na reestruturação de suas economias, com o fim de gerar um superávit em suas balanças comerciais para que estes possam pagar a dívida e iniciar um processo de recuperação econômica. O que acontece, porém, é exatamente o oposto. O próprio processo de “apertar o cinto” imposto pelos credores solapa a recuperação econômica e a capacidade dos países de quitarem suas dívidas.

Em outras palavras, as medidas fundamentais contribuem para o aumento da dívida

externa:

- Os novos empréstimos condicionados à política garantidos para o pagamento da dívida antiga contribuem para aumentar o estoque da dívida.
- A liberalização do comércio tende a exacerbar a crise da balança de pagamentos. A produção doméstica é substituída pelas importações (de uma ampla gama de *commodities*) e novos empréstimos de rápido desembolso são garantidos para que os países possam continuar a importar mercadorias do mercado mundial.
- PAE tem implicado uma significativa mudança derivada do projeto de empréstimo e um conseqüente congelamento na formação de capital em todas as áreas que não atendam diretamente aos interesses da economia de exportação.

O pacote de estabilização econômica destrói a possibilidade de um processo de desenvolvimento econômico nacional endógeno controlado por estrategistas políticos nacionais. As reformas do FMI Banco Mundial desmantelam brutalmente os setores sociais dos países em desenvolvimento, anulando os esforços e as lutas do período pós-colonial e revertendo com uma “canetada” o progresso já conseguido. Em todo o mundo em desenvolvimento há um padrão consistente e comum: o pacote de reformas do FMI-Banco Mundial constitui um programa coerente de colapso econômico e social. As medidas de austeridade levam à desintegração do Estado, remodela-se a economia nacional, a produção para o mercado doméstico é destruída devido ao achatamento dos salários reais e redireciona-se a produção nacional para o mercado mundial. Essas medidas implicam muito mais que a gradual eliminação das indústrias de substituição de importações: elas destroem todo o tecido da economia doméstica

Ironicamente, o insucesso da política é tacitamente reconhecido pelo FMI e pelo Banco Mundial:

“Embora tenham sido feitos vários estudos sobre o assunto na década passada, não se pode dizer com certeza se os programas “funcionaram” ou não [...]. Tomando por base os estudos existentes, certamente não se pode afirmar que a adoção dos programas patrocinados pelo Fundo levou a uma melhora no desempenho da inflação e do crescimento. De fato, descobre-se com freqüência que os programas estão associados a um aumento da inflação e a uma queda na taxa de crescimento” (Moshin Klan apud Chossudovsky, 1998).

Embora exigindo o desenvolvimento de “melhores métodos de avaliação” dos programas patrocinados pelo Fundo, os testes empíricos propostos pelo Departamento de Pesquisa deste não podem refutar a evidência.

As medidas são justificadas pelas instituições de Bretton Woods sob pretexto de eficiência microeconomia. Segundo as IFIs, os “custos sociais” devem ser comparados com os “benefícios econômicos” da estabilização macroeconômica. O lema do FMI-Banco Mundial é “dor de curto prazo para ganho de longo prazo”.

Embora reconhecendo as “dimensões sociais do ajuste”, as instituições de Bretton Woods também têm enfatizado o dito “argumento contrário aos fatos”: “a situação é ruim, mas seria muito pior se as medidas de ajuste estrutural não tivessem sido adotadas”.

Embora o pacote de política econômica tenha, em princípio, o intuito de promover a eficiência e uma alocação mais racional dos recursos produtivos com base no mecanismo de mercado, esse objetivo é alcançado através da colocação em massa de recursos humanos e materiais em ociosidade. A contrapartida da “eficiência microeconômica” é a austeridade programada em nível macroeconômico. Consequentemente, é difícil justificar essas medidas baseadas na eficiência e na alocação de recursos.

As implicações sociais dessas reformas (entre elas, seu impacto sobre a saúde, a educação, os direitos sociais das mulheres e o ambiente) têm sido fartamente documentadas. Fecham-se escolas e demitem-se professores devido à falta de verbas; no setor de saúde há um colapso geral nas medicinas curativa e preventiva, em consequência da falta de equipamentos médicos e suprimentos, das péssimas condições de trabalho e dos baixos salários pagos aos seus profissionais. A falta de verbas operacionais é “compensada” em parte pela cobrança de taxas de inscrição e uso.

Esse processo, todavia, implica a privatização parcial dos serviços sociais essenciais do governo e a exclusão de fato de grandes setores da população particularmente nas áreas rurais) que não podem pagar as várias taxas relativas aos serviços de saúde e educação.

Deve-se ressaltar que o PAE não apenas resulta no aumento dos níveis de pobreza rural e urbana, como implica uma redução da capacidade das pessoas (inclusive das famílias de classe média) de pagar pelos serviços de saúde e educação associados ao esquema de recuperação de custos.

Congelar o número de graduados dos cursos de formação de professores e aumentar o de alunos por professor são condições explícitas dos empréstimos de ajuste do setor social do Banco Mundial. Restringe-se o orçamento da educação, reduz-se a carga horária de permanência das crianças na escola e instala-se um “sistema de turno de trabalho dobrado”, no qual um professor passa a trabalhar por dois, seus colegas “excedentes” são demitidos e as economias decorrentes são encaminhadas pelo Tesouro aos credores externos.

Abordagem semelhante prevalece na área de saúde: considera-se que os subsídios do Estado criam indesejáveis “distorções de mercado” em “favor dos ricos”. Além disso, segundo o Banco Mundial, um gasto de US\$ 8 anuais por pessoa é amplamente suficiente para se conseguirem padrões aceitáveis de serviços clínicos. Fora isso os usuários dos serviços básicos de saúde nas comunidades rurais empobrecidas devem pagar honorários, sob o pretexto de “maior equidade” e “eficiência”. Essas comunidades devem também participar do funcionamento das unidades de serviços básicos de saúde, substituindo o enfermeiro qualificado ou o auxiliar médico (até aqui pagos pelo Ministério da Saúde) por um voluntário sem treinamento e semi-alfabetizado.

Embora o esquema de recuperação de custos possa assegurar a limitada viabilidade operacional de um seleto número de centros de saúde, a tendência é de:

- a) a) aumento da polarização social no sistema de assistência médica;
- b) redução na cobertura e aumento da já alta porcentagem de população excluída dos serviços. Em outras palavras, a política macroeconômica leva a uma grande ociosidade de recursos humanos e materiais nos setores sociais.

Na América Latina a prevalência da malária e da dengue tem aumentado dramaticamente, desde meados dos anos 80, em termos de incidência do parasito. As atividades de controle e prevenção (diretamente submetidas á redução dos gastos públicos imposta Pelo PAE) sofreram sensível restrição.

As conseqüências sociais do ajuste estrutural são plenamente reconhecidas pelas IFIs. Todavia, a metodologia do FMI-Banco Mundial considera os “setores sociais” e as “dimensões sociais do ajuste coisas “separadas”, isto é, de acordo com o dogma econômico dominante, esses “efeitos colaterais indesejáveis” não fazem parte dos resultados de um modelo econômico. Eles pertencem a um setor” separado: o setor social.

3. A DIVIDA E A ECONOMIA DA DROGA ILEGAL: O CASO DA BOLÍVIA

De acordo com Sacks,

O choque do petróleo contribuiu para o grande aumento da disponibilidade de empréstimos a juros baixos para as nações em desenvolvimento. Contribuindo para o surgimento de grande parte da dívida da América Latina e África que fora feito pelos governos, e não pelos setores privados. Por esse motivo, a América Latina tomou empréstimos aos bancos comerciais. (...) As condições econômicas mudaram muito na segunda metade da década de 1970 e início de 1980, quando as taxas internacionais de juros aumentaram bruscamente e os termos do comércio externo pioraram para nações devedoras (SACKS, 1985).

Este tipo de experiência, destacada por Sacks, foi vivida pela Bolívia, e é vista pelas instituições de Bretton como um modelo “bem-sucedido” de ajuste estrutural a ser imitado pelos países “que querem estabilizar suas economias e estabelecer um processo sustentável de crescimento econômico”. Vale notar a semelhança existente entre os processos de ajuste boliviano e peruano. Ambas as economias têm nas exportações ilegais de coca sua maior fonte de divisas estrangeiras. Em ambos os países a “reciclagem” de narcodólares constitui um meio de saldar o serviço da dívida externa.

3.1. A nova política econômica (NPE) da Bolívia

Em setembro de 1985, o governo do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNB) de Victor Paz Estenssoro iniciou um pacote ortodoxo de estabilização econômica (Decreto Supremo 21.060) destinado a “combater a inflação” e a “eliminar os desequilíbrios interno e externo”. O pacote econômico continha todos os ingredientes essenciais do PAE do FMI. A moeda foi desvalorizada, unificou-se a taxa de câmbio e realizou-se o leilão de divisas estrangeiras (*bolsin*).

Os gastos do governo sofreram cortes e cerca de 50 mil funcionários públicos foram demitidos. Adotou-se uma rígida política monetária, juntamente com a eliminação do controle de preços. A desindexação dos salários e a “liberalização” do mercado de trabalho também foram adotadas. O pacote incluía, ainda, a liberalização do comércio, envolvendo reduções substanciais dos impostos de importação.

Ao programa de estabilização seguiram-se a reorganização da indústria de mineração estatal, o fechamento das minas não-lucrativas e a demissão de cerca de 23 mil trabalhadores do setor.

O arquiteto do pacote de ajuste econômico boliviano, Gonzalo Sánchez de Lozada (que se tornou presidente da Bolívia em 1993), descreveu os acontecimentos que se seguiram á adoção da Nova Política Econômica (NPE) em agosto de 1985:

“[...] Assim que implementamos as medidas, tivemos uma greve geral; o país ficou paralisado durante dez dias em setembro de 1985. [...] no décimo dia os líderes sindicais iniciaram uma greve de fome que foi seu grande erro foi então que decidimos declarar o estado de emergência. [O presidente] Paz acreditava que o povo considerava a situação insustentável. Assim, capturamos os líderes sindicais e os deportamos para o interior do país. Isso desarticulou o movimento trabalhista. Fechamos o Comebol, consorcio de mineração do estado e demitimos 24 mil trabalhadores além de cerca de 50 mil funcionários públicos despedidos em todo país. Acabamos com a estabilidade do emprego” (Caretas apud Chossudowsky, 1998)

A política teve “êxito” em conseguir controlar a inflação no questão de meses. Antes

da adoção das medidas de setembro os 1985, a taxa de inflação era de aproximadamente 24.000% ao ano. O objetivo de estabilização dos preços foi atingido por meio da “dolarização” (e não devido às medidas de estabilização econômica): “visto que a maioria dos preços estava de fato indexada à taxa de câmbio, estabilização desta implicava a quase imediata daqueles”).

Um esquema de redução da dívida foi negociado. Por esse esquema, os doadores oficiais financiariam a “recompra” da dívida comercial da Bolívia com um desconto substancial pelos bancos comerciais. Mas isso ficava condicionado à adoção do programa do FMI.

3.2. Impacto econômico e social

O pacote de estabilização acarretou um declínio significativo no nível de empregos e de rendimentos reais. A contração dos salários refletiu no setor informal urbano e na economia rural. A redução dos níveis de poder aquisitivo e o impacto da liberalização do comércio (e o influxo de alimentos importados baratos) contribuíram para solapar a economia rural, que dependia fortemente do mercado interno. Do mesmo modo, o aumento das tarifas contribuiu para a aniquilação da indústria manufatureira nacional. As importações comerciais floresceram com grande impacto sobre a produção doméstica.

Os níveis das receitas e despesas do governo já tinham declinado profundamente na primeira parte da década de 80, durante o governo de Siles Zuazo. Mesmo assim, logo após as reformas econômicas de 1985, os gastos reais do governo (particularmente nas áreas de saúde e educação) foram cortados em mais 15%. Embora os salários no setor moderno tivessem declinado apenas cerca de 20% (segundo dados oficiais), o número de pessoas empregadas caiu a níveis extremamente baixos. Com a redução dos empregos no setor moderno, decorrente principalmente de demissões, a queda nos rendimentos foi maior que 20%.

3.3. Estagnação econômica programada

O programa do FMI iniciado em 1985 contribuiu para a estagnação de todos os principais setores da economia nacional (mineração, indústria e agricultura), exceção feita à economia ilegal da coca e ao setor de serviços urbanos. Esse padrão é comparável ao observado no Peru de Fujimori.

A estagnação da indústria de mineração (constituída principalmente pelo Comibol e por um pequeno setor privado de operação de minas) foi causada pelo fechamento de “minas não-lucrativas” (devido à demissão de trabalhadores) e pelo colapso do mercado internacional de estanho. O declínio nas relações de troca exacerbou ainda mais o impacto das reformas econômicas.

As indenizações recebidas pelos mineiros demitidos foram a tal ponto investidas na aquisição de terras nas áreas de produção de coca que se pode dizer que capital e trabalho foram redirecionados para a economia da coca. A NPE não deixou outra alternativa de emprego para os trabalhadores demitidos pelo Comibol.

O setor fabril (voltado principalmente para o mercado interno) foi parcialmente desativado (como, por exemplo, as indústrias têxteis e as agroindústrias) em decorrência da liberalização das importações. O declínio do poder aquisitivo interno e a onda repentina de atividades de contrabando também tiveram papel importante na falência das pequenas empresas manufatureiras.

3.4. O impacto na economia rural

A agricultura da Bolívia consiste em três subsetores distintos:

- a) A economia camponesa (economia *campesina*) caracterizaria pela agricultura de pequena escala (*parceleros*) e pelas comunidades camponesas (*comunidades campesinas*) concentradas nos vales e planaltos andinos. Essa economia é produto da reforma agrária da década de 1950 e do desmantelamento das grandes fazendas (*haciendas*). Como no Peru, as comunidades camponesas das terras altas caracterizam-se por uma alta incidência de *pobreza crítica* (97% da população rural, e classificada como “pobre” e entre 48% e 77%, como “criticamente pobre”).
- b) Um subsetor de agricultura comercial voltado principalmente para o mercado de exportação e caracterizado por plantações de médio a grande porte, particularmente nas novas áreas de colonização agrícola, nas terras baixas do leste (*llanos orientales*), como, por exemplo, as de Santa Cruz.
- c) A produção de coca, tanto para ser transformada em pasta de coca e exportada como para sua venda “tradicional” no mercado doméstico.

A NPE contribuiu para solapar a economia camponesa. Os mercados de grãos locais foram afetados pelo influxo de alimentos importados baratos (como o trigo, por exemplo), entre eles os da ajuda alimentar e os do contrabando da Argentina e do Brasil. Esse influxo ocasionou a queda dos preços reais dos alimentos básicos produzidos no país. Os preços agrícolas reais de venda no atacado declinaram cerca de 25,9% nos três anos seguintes (1986-1988) à adoção da NPE.

O declínio do preço (real) pago ao produtor também foi acompanhado de um significativo aumento nas margens entre os preços ao varejo e de atacado. Grande parte do excedente estava sendo apropriada por negociantes e intermediários, em detrimento dos produtores agrícolas diretos. O dramático aumento dos custos do transporte foi também um

fator importante para reduzir as receitas dos camponeses e aumentar a diferença entre o preço pago ao produtor e o de atacado.

O programa de 1985 patrocinado pelo FMI não contribuiu para aumentar a produção das culturas comerciais de exportação — exceção feita à soja (localizada principalmente nas terras baixas de agricultura comercial). Como no Peru, houve uma troca das culturas de exportação tradicionais pela economia ilegal da coca.

Silveira (1996) diz que o narcotráfico é uma potente economia mercantil que faz circular com as outras atividades do crime organizado 750 de dólares anualmente no planeta. Quase dos PIBs brasileiro.

E é precisamente a dimensão crescente do consumo local que, por suas consequências sociais e imparciais diretas e indiretas para as populações locais (...), justifica, no caso presente, a ocupação com o tema narcotráfico (LOPES, 1995).

3.5. A lavagem do dinheiro sujo

As elites econômicas nacionais, entre elas os bancos comerciais que estavam ligadas ao comércio da droga. A política monetária e cambial do governo deu sustentação aos bancos comerciais na lavagem dos dólares da coca.

A liberalização do mercado de câmbio por meio do sistema de leilão holandês (*bolsín*) foi acompanhada de medidas que conferiram legitimidade à lavagem de narcodólares no sistema bancário doméstico. Introduziu-se o sigilo nas transações de câmbio (*el secreto bancario*) e estimularam-se o aumento de depósitos em cá e a repatriação de capital para o sistema bancário doméstico. Taxas de juros excepcionalmente altas (5% acima da Libor) contribuíram para atrair “depósitos de *hot money*” para os bancos comerciais da Bolívia.

Esses depósitos incluíam as receitas derivadas do comércio de drogas atribuídas a intermediários bolivianos. O sigilo bancário (“sem perguntas”), as reformas do regime de câmbio, que permitiram o livre movimento de dinheiro para dentro e para fora do país, juntamente com as altas taxas de juros, estimularam o depósito de narcodólares no setor bancário comercial boliviano.

As reformas do sistema bancário contribuíram para um declínio significativo do investimento produtivo real. De 1986 a 1988, a taxa de juros (em dólares) para empréstimo estava entre 20% e 25% ao ano, e o crédito para a agricultura e a manufatura tinha sido congelado.

3.6. A “erradicação” da produção de coca

Ao mesmo tempo que a estrutura macroeconômica apoiava a narcoeconomia e a

lavagem do dinheiro sujo, o governo com o apoio da DEA norte-americana, adotava uma legislação destinada reprimir a produção de coca. Usando os poderes conferidos pela legislação pertinente (*Ley del régimen de la coca*), o governo criou unidades móveis de patrulhamento rural (as Umopar, Unidades Móviles de Patrullaje Rural) nas áreas de produção de coca. Essas unidades estavam em grande parte envolvidas em ações repressivas contra o pequeno produtor de coca freqüentemente em áreas de Produção tradicional). Suas atividades tinham pouco impacto sobre o comércio de drogas e sobre os vários poderosos interesses envolvidos na comercialização e exportação de pasta de coca. Segundo um relatório, houve insinuações de que a Umopar era controlada pela máfia da droga.

3.7. O Narcoestado

A economia da coca fora “protegida” por funcionários do governo boliviano do mais alto nível durante a ditadura de Carda Meza (1980-1982), que, nos círculos internacionais, era chamada habitualmente de “governo da cocaína”. A estrutura do Estado, todavia, foi modificada em decorrência da restauração da democracia paramentar. Importantes interesses financeiros e industriais continuam a ter ligações diretas com o comércio da coca, até mesmo fazendo uso das receitas dele provenientes para financiar investimentos na economia moderna.

Desde meados da década de 1970, o desenvolvimento da economia de serviços urbanos, voltada para o mercado de mais a renda, foi financiado principalmente pela narcoeconomia. A reciclagem dos narcodólares para a formação do capital doméstico ao origem ao desenvolvimento da indústria de construção de imóvel residenciais, *shopping centers*, infra-estrutura de turismo e lazer etc. Esse processo foi fortalecido em decorrência do programa patrocinado pelo FMI.

Com a adoção da NPE, em 1985, o partido do governo, o MNP abandonou sua posição populista e sua fidelidade política para juntar forças com o partido de direita Ação Democrática Nacionalista (ADN) ao qual pertencia o ex-ditador general Hugo Bánzer. Esse fato constituiu uma verdadeira reviravolta política, pois, historicamente, o MNF: sempre dependera do apoio dos sindicatos dos trabalhadores.

Banzer teria sido uma figura-chave no comércio ilegal de coca, desde meados da década de 1970, e havia fortes evidências de que membros da “panelinha” parlamentar da ADN, juntamente com oficiais superiores do Exército, estariam ligados à máfia da droga.

O “Pacto para a Democracia” entre o MNR e a ADN possibilitou que o governo Paz Estenssoro conseguisse a aprovação de vários componentes da legislação da NPE no Parlamento, entre eles a desregulamentação do mercado de trabalho e a repressão ao

movimento trabalhista.

A ADN manteve seu envolvimento no governo de coalizão mesmo após a eleição do presidente Paz Zamora do MIR (Movimento ou Izquierda Revolucionaria) em 1989, que foi o terceiro mais votado na eleição presidencial, depois de Hugo Bánzer e de Gonzalo Sánchez de Lozada, candidato do MNR. Paz Zamora foi investido no cargo de presidente, nesse mesmo ano, em decorrência de um acordo político com Bánzer, mas eram este último e a ADN que controlavam as nomeações para os principais ministérios.

O governo de coalizão ADN-MIR prosseguiu com as políticas macroeconômicas iniciadas com a NPE em 1985. A ADN e seu líder, Hugo Bánzer, promoveram, assim, nos dois governos civis democraticamente eleitos, tanto a continuidade política como a manutenção de um elo de ligação entre a política do governo e os interesses do comércio ilegal de coca.

Presidente Paz, 1985 : “Hoje afirma Ter posições moderadas e ser partidário de medidas duras de austeridade e de um acordo com o Fundo Monetário Internacional para resolver o problema da dívida externa boliviana...” (Autor desconhecido, 1985).

4. Considerações finais

As reformas macroeconômicas tem papel fundamental no sistema capitalista moderno. Estas conseguem através de reformas estruturais intervir nas instituições do estado e finalmente conduzi-las.

Reformas controladas por estruturas administrativas, como FMI, Banco mundial e OMC, são capazes de provocar a desestabilidade econômica de países como a Bolívia, através de intervenções em suas estruturas econômicas que têm a finalidade de atender interesses econômicos dominantes.

A nova política econômica adotada por [o presidente] Paz solapou a estrutura econômica da Bolívia com a renegociação da dívida externa, condicionada pelo FMI. Isto causou grandes impactos econômicos e sociais, levando o governo boliviano ao banditismo induzido pelas atividades narcoeconômicas.

Grande parte das ações que visam dominar o mercado interno desses países em desenvolvimento, provocam a pobreza em massa dos mesmos, que se submeterem às reformas macroeconômicas. Nesse contexto, as decisões tomadas pelo Bretton Woods em relação aos custos com mão de obra por exemplo, levam um país à “banca rota” quando o poder de compra da população diminui em consequência dos baixos níveis salariais. Este tipo de ação desencadeia o fechamento de fábricas e falência, pois a produção interna desses países entram em crise; havendo um aumento da produção interna e diminuição da

demanda do consumidor. Impedindo neste caso a expansão do capital e finalmente causando a dependência econômica.

REFERÊNCIAS

ARBEX JR. J. **Narcotráfico: Um jogo de poder nas Américas**. São Paulo: Moderna, 1993. 87 p. (Coleção Polêmica).

ARRUDA, Marcos. ONGs e o Banco Mundial: é possível colaborar criticamente? **O Banco Mundial e as políticas e educacionais**. Cap II. Lívia de Tommas, Mirian Jorge Warde e Sérgio Haddad (ORGs). São Paulo: ed. 2. Editora Cortez, 1998. p.279.

CHOSSUDOVSKY, M. **A Globalização da Pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial**. São Paulo: Moderna, 1999. 320 p.

OLIC, N. B. **Geopolítica da América Latina**. São Paulo: Moderna, 1992. 96 p. (Coleção Polêmica)

SABBI, Alcides Pedro. O Que é FMI. **Coleção Primeiros Passos**. São Paulo: Brasiliense, 1991. 76 p.

SACKS, Jeffrey D. e LARRAIN, Felipe B. Tradução Sara R. gedanke. **Macroeconomia**. São Paulo: Makron Books, 1998_ Ed. Revisada.

SILVEIRA, José Paulo Bandeira. A Cultura Política da Comunicação. In: **Cultura Vozes**. Rio de Janeiro. nº4-1990. Vol. 90. Julho/ agosto de 1996. p 3 a 19.

SOUZA, Marcelo José Lopes. O Narcotráfico no Rio de Janeiro, sua Territorialidade e a Dialética entre “ordem” e “desordem”. **Cadernos de Geociências**. IBGE. Rio de Janeiro. nº13. p 192. Janeiro/ março 1995.

VILLALÓN. C. O País da Cocaína. In: **Revista National Geographic Brasil**, edição julho/2004.

www.uol.com.br/economia

www.uol.com.br/folhadesaopaulo